ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 2 DE MARÇO DE 2026.

PRESIDENTE: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR RICARDO ALMEIDA

Compareceram os senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALEX ALEMÃO, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, CARLOS MUNIZ, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DAVID RIOS, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, FELIPE SANTANA, GEORGE REIS, HAMILTON ASSIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISABELA SOUSA, JOÃO CLÁUDIO BACELAR, JORGE ARAÚJO, JÚLIO SANTOS, KEL TORRES, KÊNIO REZENDE, KIKI BISPO, MARCELO GUIMARÃES NETO, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, OMAR GORDILHO, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, RODRIGO AMARAL, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO e TEO SENNA, estando licenciados os vereadores CEZAR LEITE e ELIETE PARAGUASSU. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior. Discutiu a Ata a vereadora Marta Rodrigues, pedindo a exclusão de uma referência ao Presidente Lula, o qual fora apontado, por um edil, como autor de uma fala contrária a evangélicos. Explicou que essa fala era do historiador Eduardo Bueno e que o Presidente Lula, num *podcast* evangélico, dissera apenas que a religiosidade não deveria ser explorada para fins eleitorais. Em votação, a Ata foi aprovada sem restrições, contra os votos dos vereadores Hamilton Assis, Hélio Ferreira, João Cláudio Bacelar, Marta Rodrigues, Randerson Leal e Sílvio Humberto. Em

seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 14/26 da vereadora Marcelle Moraes, 15/26 do vereador Jorge Araújo, 16 e 17/26 do vereador David Rios, 18/26 da vereadora Marcelle Moraes, 19/26 do vereador Felipe Santana, 20/26 do vereador Daniel Alves e 21 a 23/26 do vereador Ricardo Almeida; Projetos de Indicação n.s 48/26 do vereador Cezar Leite, 49/26 da vereadora Marcelle Moraes, 50/26 do vereador Ricardo Almeida, 51/26 do vereador Jorge Araújo, 52/26 do vereador Hamilton Assis, 53 a 57/26 do vereador João Cláudio Bacelar, 58 a 61/26 do vereador Felipe Santana, 62 a 67/26 da vereadora Marta Rodrigues, 68 e 69/26 do vereador Ricardo Almeida e 70/26 da vereadora Isabela Sousa; Projetos de Resolução n.s 8/26 da vereadora Debora Santana e 9/26 do vereador Daniel Alves; Requerimentos n.s 40 a 53/26 da vereadora Marta Rodrigues, 54 a 56/26 da vereadora Debora Santana, 57 e 58/26 do vereador Felipe Santana e 59 e 60/26 da vereadora Aladilce Souza; Requerimento de Utilidade Pública n. 3/26 do vereador Júlio Santos; Moções n.s 19/26 do vereador Hamilton Assis, 20/26 do vereador Ricardo Almeida, 21/26 do vereador Felipe Santana, 22/26 da vereadora Aladilce Souza, 23/26 do vereador Felipe Santana, 24/26 da vereadora Aladilce Souza, 25/26 do vereador Ricardo Almeida, 26/26 do vereador Hamilton Assis, 27 a 29/26 da vereadora Aladilce Souza, 30/26 do vereador Hamilton Assis e 31/26 da vereadora Marta Rodrigues; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, o senhor Lucimário Ribeiro, da Associação de Moradores do Alto do Cabrito e Adjacências (AMACA), expôs que sua comunidade se encontrava desprovida de Internet. Relatou que a empresa responsável se recusara a restabelecer o serviço, mesmo ainda recebendo pagamento, sob a alegação de que a área era de risco. Contou ter procurado várias instâncias, como o Ministério Público e a Anatel, e pontuou que uma questão de segurança pública deveria ser tratada pela Polícia. Pediu o apoio dos vereadores. Ainda pela mesma representação, o senhor Ubiratan Ferreira dos Santos sublinhou a injustiça a que se submetiam os moradores de sua região. Agradeceu ao vereador Teo Senna e

aos demais edis, afirmando a certeza de que fariam algo para restabelecer a Internet antes da Ressaca das Cabritas, evento importante no local. Assumiu a Presidência o vereador Carlos Muniz, presidente da CMS. Dando continuidade à **Tribuna Popular**, a senhora Rosângela Monteiro de Jesus, do Movimento Independente Devolvam Nosso Planserv, expôs sobre o sucateamento do plano de saúde dos servidores do Estado da Bahia. Apontou a redução dos serviços desde o período do extinto Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores do Estado da Bahia (IAPSEB). Salientou que a saúde era um direito, e não, um privilégio, e que os servidores pagavam por esse direito. Historiou as mudanças havidas no plano, apresentando, em *slides*, o conteúdo das leis que operaram essas alterações. Avaliou ter havido um desmonte, com redução da participação do Governo nas finanças enquanto a contribuição dos servidores fora aumentada e o atendimento, prejudicado. Relatou as dificuldades vividas por servidores doentes. Assumiu a Presidência o vereador Ricardo Almeida. Em comunicação inadiável, o vereador Anderson Ninho registrou a presença do senhor Nilson Paraíso, diretor do Grupo PED de Educação. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Cezar Leite (2 e 3 de março), Eliete Paraguassu (2 de março), Hélio Ferreira (23 de fevereiro), Maurício Trindade (23 de fevereiro) e Roberta Caires (25 de fevereiro). Foi discutido, votado e aprovado o Requerimento n. 38/26. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, a vereadora Isabela Sousa contou sobre o seu trabalho na região do Alto do Cabrito e elogiou o trabalho dos representantes desse local que vieram à Tribuna. Apontou o abandono da região pelo Governo do Estado, bem como os problemas na fila da Regulação da Saúde estadual. Informou benefícios que conseguira trazer ao Alto do Cabrito e enalteceu o evento Ressaca das Cabritas, inclusive por medida combativa à violência contra as mulheres. O vereador Teo Senna elogiou a atuação da vereadora Isabela Sousa no Alto do Cabrito e lamentou a questão da Internet no local, criticando os órgãos estaduais por não resolverem o problema. Contou ser usuário do Planserv e declarou ser testemunha dos crescentes problemas nesse plano de saúde. A

vereadora Cris Correia saudou os representantes do Alto do Cabrito. Criticou o Governo do Estado, o qual responsabilizou pela morte de pessoas no sistema de Saúde. Afirmou que as mudanças no Planserv traziam uma conta que não fechava e que a gestão do PT se baseava em falsidades. Pela ordem, o vereador Randerson Leal pediu a retirada de termo pejorativo em referência ao governador do Estado. O senhor presidente, em resposta, determinou exame por parte dos redatores taquigráficos e da Ata. O termo não foi incluído na Ata. Pela ordem, a vereadora Cris Correia afirmou que o termo usado não ofendia a pessoa do governador e se dirigia à gestão do PT. O vereador Hamilton Assis contou ser usuário do Planserv e comentou sobre problemas no plano, como falta de transparência em sua gestão e falta de expansão de seu atendimento. Informou ações do PSOL a esse respeito. Apelou ao governador do Estado para resolver essa situação. O vereador Randerson Leal declarou ver razão nos servidores estaduais e ponderou que não se politizasse a questão por eles trazida. Defendeu ações para se resolverem os problemas do Planserv e informou sua iniciativa para uma audiência pública a esse respeito. Disse que os que quisessem melhorar o Planserv poderiam contar consigo e expôs ações positivas realizadas pelo Planserv. Pela ordem, o vereador Teo Senna apontou incoerência nos servidores que traziam os problemas do Planserv, mas concordavam com pontos positivos trazidos pelo vereador Randerson Leal. Pela ordem, o vereador Randerson Leal rejeitou termo ofensivo usado pelo vereador Teo Senna, pedindo sua retirada. A vereadora Marta Rodrigues contou que estivera no Alto do Cabrito e que, no local, o Governo do Estado entregara uma obra em encosta e uma quadra esportiva. Pediu calma no tratamento à questão da Internet. Sobre o Planserv, também pediu parcimônia, afirmando que nem tudo o que fora alegado correspondia à verdade. Expôs a cobertura estadual do plano, com ampliação de leitos, inclusive de UTI, e outros melhoramentos no atendimento. Em comunicação inadiável, a vereadora Cris Correia pediu atenção sobre uma possível manipulação de números expostos em percentuais. Nas **Representações Partidárias**, pela Liderança do Governo, a

vereadora Roberta Caires, observando que se adentrava o Mês da Mulher, lamentou a “epidemia” de feminicídios. Destacou o alto índice de mulheres mortas como vítimas desse crime, conclamando os homens de boa índole a colaborar com o enfretamento a essa questão. O senhor presidente associou-se à fala da oradora, afirmando o compromisso dos vereadores homens e informando sobre o seu Projeto de Lei que tratava da violência contra as mulheres. Pela ordem, o vereador Randerson Leal rebateu a ideia de manipulação de números, considerando descabida essa noção e refirmando números que apresentara. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza explicou ter chegado atrasada por estar em evento na antiga Faculdade de Medicina. Contou ser usuária do Planserv e reconheceu haver problemas no plano, saudando a luta dos servidores. Declarou ser testemunha do incremento financeiro do Governo do Estado para o Planserv. Pela Liderança da Oposição, o vereador João Cláudio Bacelar comentou sobre sua Indicação para a Prefeitura investir em transporte marítimo de passageiros. Explicou que a ideia surgira nas audiências públicas por ele realizadas como presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, nas quais se mostrara o grande potencial para a exploração desse transporte, para o qual defendeu um modelo democrático e benéfico à população. Elogiou o fato de Prefeitura ter ido a São Paulo informar-se sobre essa forma de transporte e conhecer as suas vantagens. Informou visita do ministro do Turismo para tratar de linha de crédito para o turismo local. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente Ricardo Almeida declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO